



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

JOANA D'ARC DE FREITAS FERREIRA

**CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS- EJA**

MONTEIRO – PB

2014

JOANA D'ARC DE FREITAS FERREIRA

**CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS- EJA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador (a): Professora Dra. Cristiane
Agnes Stolet Correia

MONTEIRO – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383c Ferreira, Joana D'arc de Freitas

Contribuições de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos-EJA [manuscrito] : / Joana D'arc de Freitas Ferreira. - 2014.

45 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Cristiane Agnes Stolet Correia, Departamento de Letras".

1. Políticas públicas. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Paulo Freire. I. Título.

21. ed. CDD 361.25

JOANA D'ARC DE FREITAS FERREIRA

CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresenta ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Cristiane Agnes Stolet Correia

Professora Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia

Orientadora - UEPB

Francisco Vitor Macedo Pereira

Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira

Examinador – UFCE

Otacílio Gomes da Silva Neto

Prof. Me. Otacílio Gomes da Silva Neto

Examinador - UEPB

Aprovada em

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que apesar de seus poucos estudos sempre me incentivaram a ampliar meus conhecimentos, aos meus filhos Flávio Júnior e Flávia Laíse, que juntos contribuíram nesta pesquisa, ao meu marido José Flávio, que me deu apoio, e a meus queridos irmãos, que de formas diversas me ajudaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais um conquista.

A minha família pelo apoio.

Aos colegas de classe pelas riquezas das experiências compartilhadas e pelos momentos prazerosos de cada encontro.

Aos queridos professores que de forma exemplar contribuíram para ampliar meus conhecimentos e fizeram de cada aula um momento único.

Em especial a minha orientadora Cristiane Agnes e ao professor Joelson, diretor do polo de Monteiro, porque ambos convenceram-me a concluir esta especialização.

*Aprendi que se depende sempre, de tanta muita diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente, onde quer que a gente vá. É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pensa estar...
(Gonzaguinha)*

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. (...) Implica uma auto formação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Para isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente diálogos com os analfabetos sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com os quais possam se alfabetizar (FREIRE, 1989, p.72).

RESUMO

A finalidade desse estudo é averiguar na atualidade a atuação da metodologia de Paulo Freire na Educação de Jovens e Adultos, parcela esta da sociedade brasileira que por motivos diversos não teve oportunidade de estudar ou de permanecer na escola no período determinado pelas diretrizes da educação brasileira para cada faixa etária. Partindo desse pressuposto, faz-se necessário conhecer, mesmo que de forma sucinta, a trajetória da EJA no Brasil, com a finalidade de compreender com mais clareza a sua relação com a teoria e prática do autor citado, como também repensar o processo de ensino-aprendizagem de leitura e escrita e identificar os principais conceitos dessa pedagogia e a sua relevância para esta modalidade visando a entender e analisar cada etapa desse método. Informamos que esta investigação é bibliográfica e baseia-se em algumas obras do autor, a exemplo de *Pedagogia do Oprimido*; *Educação e Mudança*; *Pedagogia da Autonomia* e *Pedagogia da Esperança*. Assim, vale ressaltar como se deu a organização da presente monografia. O primeiro capítulo explora as políticas públicas brasileiras em prol da EJA desde o período colonial até a presente década, percebe-se que é uma trajetória de lutas e de avanços tímidos, conquistas mais significativas ocorrem a partir da constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB de dezembro de 1996, quando a EJA passa a vigorar como modalidade de ensino. O segundo capítulo, por sua vez, versa sobre as contribuições de Freire para esta magnífica camada trabalhadora e sofrida em sua maioria, que são os jovens e adultos deste país. Observa-se que o trabalho do referido pedagogo teve uma ampla repercussão, ultrapassou as fronteiras brasileiras devido a sua práxis pedagógica, que é incluyente, transformadora e, sobretudo, libertadora, alcançando principalmente aqueles que mais precisam.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Brasileiras; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Paulo Freire.

RESUMEN

La finalidad de ese estudio es averiguar en la actualidad la metodología de Paulo Freire en la Educación de Jóvenes y Adultos, parcela ésta de la sociedad brasileña que por motivos diversos no tuvo oportunidad de estudiar o de permanecer en la escuela en el período determinado por las orientaciones de la educación brasileña para cada faja etaria. Creemos que se hace necesario conocer, aunque de forma sucinta, la trayectoria de la EJA en Brasil, con la finalidad de comprender con más claridad su relación con la teoría y práctica del autor citado, como también repensar el proceso de enseñanza-aprendizaje de lectura y escrita e identificar los principales conceptos de esa pedagogía y su importancia para esta modalidad visando a entender y analizar cada etapa de ese método. Informamos que esta investigación es bibliográfica y se basa en algunas obras del autor, como *Pedagogia do Oprimido*; *Educação e Mudança*; *Pedagogia da Autonomia* y *Pedagogia da Esperança*. De ese modo, vale aclarar cómo se organizó la presente monografía. El primer capítulo explora las políticas públicas brasileñas en pro de la EJA desde el período colonial hasta la presente década, se percibe que es una trayectoria de luchas y de avances tímidos, conquistas más significativas ocurren a partir de la Constitución de 1988 y de la *Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB* de diciembre de 1996, cuando la EJA pasa a vigorar como modalidad de enseñanza. El segundo capítulo, por su vez, versa sobre las contribuciones de Freire para esta magnífica camada trabajadora y sufrida en su mayoría, que son los jóvenes y adultos de este país. Se observa que el trabajo del referido pedagogo tuvo una amplia repercusión, traspasó las fronteras brasileñas debido a su praxis pedagógica, que es incluyente, transformadora y, sobretudo, libertadora, alcanzando principalmente a aquellos que más necesitan.

PALABRAS-CLAVE: Políticas Públicas Brasileñas; Educación de Jóvenes y Adultos (EJA); Paulo Freire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) ...	12
1.1 Histórico das políticas públicas para EJA	12
1.2 A Educação do Império à República	19
1.3 A Educação no século XX	23
2. PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	27
2.1 Biografia de Paulo Freire	27
2.2. Paulo Freire e sua importância para a educação no Brasil	28
2.3 O Método Paulo Freire utilizado na alfabetização de adultos	34
2.4. A relevância do pensamento de Paulo Freire frente à EJA	36
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
4. REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade pensar a abrangência e relevância da pedagogia freireana na Educação de Jovens e Adultos na atualidade, bem como investigar a maneira que Freire alcançou estes educandos que por diversos motivos passaram um longo período fora das salas de aula ou a ela não tiveram acesso.

A escolha desse tema surgiu após um concurso público estadual que tinha uma questão que ligava Paulo Freire a EJA. A partir daí surgiu a curiosidade que nos levou a essa prazerosa viagem ao mundo do referido autor.

Ao discorrer sobre as contribuições de Paulo Freire para a EJA, fez-se necessário dedicar um capítulo sobre as políticas públicas desta modalidade de ensino, objetivando uma visão mais ampla a respeito do objeto de estudo. Percebe-se também que a pedagogia freireana beneficiou o tão sofrido histórico da Educação de Jovens e Adultos, proporcionando-lhe muitos debates e conferências em prol de sua melhoria.

A Educação de Jovens e Adultos tem início com a chegada dos primeiros padres jesuítas no período colonial. Atualmente consolidada e amparada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394 de 20 dezembro de 1996, está direcionada a todos aqueles que por algum motivo não tiveram acesso à escola na idade apropriada. De acordo com essa realidade, estes educandos não devem ser trabalhados como se fossem do ensino regular, são educandos com histórico marcado pelas dificuldades socioeconômicas, muitos deles vivenciam uma série de problemas como preconceitos, drogas lícitas e ilícitas, discriminação, entre outros.

Muitos desses jovens e adultos buscam na EJA uma possível oportunidade de dias melhores e, sobretudo, sua permanência no trabalho, não só porque proporciona habilidades de leitura e escrita, mas também por promover uma consciência crítica, com perspectiva de mudança.

Observa-se que a EJA é capaz de contribuir para a formação do cidadão e torná-lo respeitoso, ético e consciente de seus direitos e deveres. Freire deixa explícito que esse contexto se constrói no cotidiano das pessoas e tem como alicerce na relação educador /educando o diálogo, o amor, fé nos seres humanos e confiança.

A pedagogia de Freire é muito significativa porque parte da realidade do educando para uma consciência de mundo. Partindo desse pressuposto, é possível pensar a EJA como uma grande contribuidora na formação de sujeitos pensantes, críticos, justos, solidários e felizes.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

1.1 Histórico das políticas públicas para EJA

A história do processo educativo dos jovens e adultos ao longo do tempo apresenta diversas fases e contextos ligados ao desenvolvimento sócio-político-econômico e tecnológico, que serão apresentados no decorrer deste estudo.

Por situações diversas milhões de pessoas encontram-se fora das salas de aula, especialmente jovens e adultos por este Brasil afora, um quadro que a duras penas tenta ser revertido, e algumas políticas atuais parecem caminhar nesse sentido. Por esses e outros motivos nasceu, no seio da sociedade civil, a necessidade de inserirmos bancos escolares a pessoas que não conseguiam frequentar a escola ou não deram continuidade aos estudos na idade apropriada.

Não é possível compreender com precisão o momento atual sem uma viagem ao passado, pois para qualquer objeto de estudo torna-se necessário buscar suas raízes históricas, com consciência crítica.

A EJA atualmente é considerada uma modalidade da Educação Básica, definida pelo Artigo 37, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº9394 de 20 de dezembro de 1996. Desta época aos dias atuais o desdobrar, a aplicabilidade da mesma foi como o abrir e fechar da sanfona, com avanços e retrocessos em relação à democracia brasileira nos distintos momentos históricos. Momentos estes que estão intimamente ligados à formação do cidadão brasileiro na busca constante para alcançar a sua cidadania, bem como ao papel da educação e da escola neste contexto. Assim, as políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos devem seguir as determinações previstas no artigo 208, inciso I da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso ao Ensino Fundamental e permanência neste a todos.

Com o objetivo de conhecer e analisar melhor a história da educação brasileira no tocante às políticas públicas educacionais, mais especificamente as da EJA, faz-se necessário percorrer simultaneamente a história do Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, para percebermos como que as mesmas vêm se estruturando historicamente, inclusive observando os diferentes movimentos governamentais e de outros segmentos da sociedade.

A EJA se faz presente no histórico da educação brasileira a partir do período colonial, porém, foi apenas com o início do período imperial, por volta de 1870, com a criação de escolas noturnas que se encontram as primeiras iniciativas em prol da EJA. Estes movimentos referem-se às diversas campanhas que surgiram ao longo dessa trajetória com a finalidade de erradicar o analfabetismo, no entanto ainda não se percebia continuidade no sentido de atendimento a esta parcela de jovens e adultos da população brasileira.

A educação no Brasil para jovens e adultos começa no período colonial com a chegada dos padres jesuítas em 1549, que vieram com o objetivo de catequizar os nativos na fé cristã, Igreja Católica, e fazer frente à expansão da Reforma Protestante. No momento inicial da colonização as primeiras iniciativas de ensino estavam mais voltadas aos adolescentes e adultos do que às crianças. Assim, segundo Moura (2004, p. 26):

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características das que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demora social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar.

A ideia dos missionários era catequizar e educar, de acordo com as normas dos colonizadores portugueses, com o propósito de formar mão-de-obra para a lavoura e atividades extrativistas de interesse de Portugal. As práticas metodológicas das escolas jesuíticas eram unificadas e ultrapassaram séculos. Os métodos adotados consistiam na concentração e atenção silenciosa por parte dos alunos, o processo de ensino-aprendizagem se dava a partir da repetição e memorização dos conteúdos. Existia uma ordem de estudos conhecida como *Ratio Studiorum*, que era formada pelo:

Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Não estava explícito no texto o desejo de que ela se tornasse um método inovador que influenciasse a educação moderna, mesmo assim, foi ponte entre o ensino medieval e o moderno. Antes do documento em questão ser elaborado, a ordem tinha suas normas para o

regimento interno dos colégios, os chamados Ordenamentos de Estudos, que serviram de inspiração e ponto de partida para a elaboração da *Ratio Studiorum*. A *Ratio Studiorum* se transformou de apenas uma razão de estudos em uma razão política, uma vez que exerceu importante influência em meios políticos, mesmo não católicos. O objetivo maior da educação jesuítica segundo a própria Companhia não era o de inovar, mas sim de cumprir as palavras de Cristo (UNICAMP, 2006, p. 11).

Nesse documento constava a síntese da experiência pedagógica da época, o documento era composto de normas e estratégias que tinham como objetivos a formação integral do homem de acordo com a cultura católica daquele tempo. Foi com Tomé de Souza, primeiro Governador Geral, que chegaram os padres jesuítas, estes pertencentes a uma ordem criada por Inácio de Loyola em Paris (1534).

À frente desta comitiva religiosa estava o padre Manoel da Nóbrega, entretanto, foi José de Anchieta quem se tornou mais conhecido na missão de educar os nativos. Durante sua permanência na colônia trabalhou em diversos lugares, foi mestre do colégio de Piratininga, missionário em São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo, entre outras atividades, era também conhecedor de línguas.

José de Anchieta destacou-se também como escritor, sua obra mais conhecida é a *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, obra na qual sistematiza o Tupi falado pelos grupos indígenas na costa do Brasil nos primórdios da colonização. O trabalho desenvolvido pelos jesuítas ia além de ensinar os nativos a ler e escrever. Eles ofereciam outros cursos, a exemplo de Letras e Filosofia, que era ministrado à classe dominante da colônia.

No primeiro mês da chegada dos jesuítas, em março de 1549, eles ergueram em Salvador a primeira escola elementar, para o ensino de leitura e escrita. Vale ressaltar que antes do contato com os jesuítas os nativos também desenvolviam com todos os membros do grupo um processo educacional, cujos ensinamentos variavam conforme o sexo. Eles aprendiam de maneira espontânea, pela tradição de cada grupo. O processo educacional se dava por toda a vida. Contudo, não há uma pedagogia no sentido de uma reflexão sobre a prática pedagógica.

Com o passar dos anos, aumentou consideravelmente a população na colônia, no primeiro momento a educação jesuíta estava focada nos adultos nativos, diante dessa nova realidade, surge uma nova demanda educacional que são os portugueses órfãos e os filhos da elite colonial que, ao concluírem os estudos, eram

encaminhados para a Europa. Nem todos iam, pois muitos preferiam ficar na colônia.

Dessa forma a educação distancia-se dos nativos e da população pobre da colônia. A educação a eles oferecida tinha caráter religioso e moralizador, os educandos também eram orientados a seguir as ordens e instruções da corte, base de todo o sistema colonial, enquanto que a classe rica, além dos princípios religiosos, recebia uma educação diferenciada e instrutiva. Em relação aos nativos, percebe-se que a preocupação maior da missão jesuítica era conduzi-los à fé cristã, isso devido à perda notável de fiéis que se deu com o fim da unidade da Igreja Católica.

Durante a trajetória da colonização no Brasil, assim como em toda a América, os índios começaram a sofrer muitas atrocidades, muitos não aceitaram a dominação de forma pacífica e fugiam, outros tentavam enfrentar os colonizadores. Isso dificultou o processo de colonização e a catequização. Nas primeiras tentativas de evangelização a tarefa foi árdua e os resultados pouco significativos. O padre Manoel da Nóbrega pediu ajuda aos seus superiores, por meio de carta, para que intercedessem junto ao papa, pediu para construírem altares onde fosse conveniente, o objetivo era o de consolidar seus povoados, porque além dos colonizadores, alguns clérigos de outras ordens religiosas, como os franciscanos, dominicanos e beneditinos seriam coniventes com a violência praticada aos nativos.

Na carta, o jesuíta Manoel da Nóbrega pediu também paciência para o processo de aculturação, acreditando que uma mudança autoritária e radical não traria resultados satisfatórios, o mesmo visava à implantação de “uma extensa cadeia de colégios nas povoações litorâneas, cujos elos seriam o colégio da Bahia ao norte e do de São Vicente ao sul.” (MATTO, 1958, p. 83 *apud* SAVIANI, 2010, p. 43). Diante de todas as dificuldades enfrentadas pelos padres jesuítas, eles consolidaram sua tarefa de educar os adultos indígenas e quem muito contribuiu foram as crianças. Eles gradativamente foram ganhando a confiança dos curumins, como eram chamadas as crianças indígenas, e através delas chegaram até os pais.

No ano de 1570 a colônia brasileira contava com cinco escolas de instrução elementar que se responsabilizava em ensinar a ler, escrever e contar. Essas escolas foram distribuídas em várias localidades: Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga, além de três colégios, situados em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

É importante destacar que após duas décadas da presença dos jesuítas no Brasil, eles já haviam se instalado de norte a sul, a região litorânea foi a que mais contou com a presença missionária. Para proteger os indígenas dos colonizadores que queriam dominá-los pela força, os jesuítas criaram as Missões ou Reduções, nessas comunidades indígenas, dentre seus objetivos, o educacional era a conversão dos nativos.

Entretanto, os jesuítas começaram pelo ensino profissional, na sequência, o elementar, que contava com a aprendizagem básica, incluindo rezar em latim. Percebe-se que na difícil tarefa de catequização dos índios, os jesuítas foram criando estratégias para passar os seus ensinamentos de acordo com o modelo europeu, usavam os instrumentos dos nativos e compunham músicas na língua indígena que falavam do deus cristão.

Dessa forma eles interagiam de maneira satisfatória. A música contribuiu significativamente no processo educacional dos indígenas, as crianças aprendiam e depois socializavam com os demais componentes do grupo, tornavam-se agentes multiplicadores do conhecimento adquirido. Assim como a música, o teatro foi outro importante instrumento metodológico no processo de ensino e aprendizagem dos indígenas. Os jesuítas usavam peças na língua tupi ou em português para falar dos santos, anjos e do deus cristão. Outro grande recurso estratégico, usado pelos padres jesuítas, foi a dança.

Nas comemorações das datas cristãs, os índios se apresentavam e alegravam a festa em homenagem ao Deus cristão. Os objetivos dessas estratégias não ficavam explícitos, por isso que a maioria dos indígenas não percebia que aos poucos estava vivenciando no seu cotidiano comportamentos e rituais típicos do cristianismo.

A educação na colônia tomou um novo rumo com a expulsão dos jesuítas em 1759, pelo Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal. Sua gestão durou de 1750 a 1777, o mesmo foi escolhido pelo rei D. José I, o Marquês determinou e implantou uma série de medidas com o objetivo de recuperar as finanças do Estado Português, inclusive, medidas educacionais. Diante das dificuldades econômicas enfrentadas pela metrópole naquele dado momento, o trabalho educacional desenvolvido pelos jesuítas não estava condizente com os interesses econômicos da metrópole.

Para a Igreja, a educação moral do povo brasileiro deveria ser de sua exclusiva competência. Tratava-se, para os católicos, de um esforço político, patriota, uma vez que colaborando para a pureza dos costumes, estaria formando homens úteis e consistentes com os conhecimentos necessários aos bons cidadãos (SHIRONA, 1998, p. 68).

Assim, enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e com o noviciado, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências europeias. Com a saída dos jesuítas, as escolas foram fechadas e a educação ficou sob a responsabilidade do Estado. No entanto, nas colônias portuguesas a Reforma Pombalina não logrou resultados satisfatórios na educação, apesar de inúmeras tentativas, através de sucessivos alvarás e cartas régias. Segundo Moura (2003, p. 27):

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo Marquês de Pombal, toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com Pombal, os adultos das classes menos abastadas que tinham intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior.

Diante da necessidade de mudanças em diversos setores e especialmente no educacional, este inspirado nos ideais iluministas, não pelo espírito libertador e igualitário, mas pela necessidade, criaram-se aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Também foi criada uma diretoria de estudos e um tipo de imposto sobre alguns produtos, como carne, vinho, vinagre, dentre outros, este imposto não foi cobrado com regularidade, isso trouxe uma consequência negativa para a educação e, sobretudo, para os professores, que passaram a receber seus vencimentos com datas ou períodos indeterminados.

Além do mais, esses professores eram mal pagos, mal preparados e tornavam-se donos de suas aulas régias, as quais funcionavam de forma não interdisciplinar. Pombal, na tentativa de implantar uma metodologia nova, pública e laica, no modelo iluminista, exigia da sociedade o surgimento de um novo homem,

segundo os preceitos iluministas, e esse novo homem só seria possível por intermédio da educação.

Observa-se que sua luta por uma educação moderna não obteve êxito, e só dezessete anos após a expulsão dos jesuítas é que surgiram escolas com cursos graduados e sistematizados. A trajetória do período pombalino na luta por uma educação moderna ficou apenas no sonho de Pombal, que precisava de um planejamento mais aprofundado e uma melhor infraestrutura para desenvolver a educação em um território tão extenso, com sua metrópole e colônias.

Deste período de “trevas” (fim da Idade Média) sobressaíram-se: a criação, no Rio de Janeiro, de um curso de estudos literários e teológicos, em julho de 1776, e do Seminário de Olinda, em 1798, por Dom Azeredo Coutinho, governador interino e bispo de Pernambuco. O Seminário

possuía uma estrutura escolar propriamente dita, em que as matérias apresentavam uma sequência lógica, os cursos tinham uma duração determinada e os estudantes eram reunidos em classe e trabalhavam de acordo com um plano de ensino previamente estabelecido (PILETTI, 1996, p.37).

As medidas de Pombal na Amazônia contrariavam profundamente os princípios iluministas, criou vilas chamadas de Pombalinas, com o objetivo de controlar os trabalhos indígenas em prol do Estado Português. Além disso, Pombal criou duas escolas, uma para meninos e outra para meninas, então ele criou as aulas régias, aulas isoladas nas quais era proibido falar em qualquer língua indígena. O controle era geral, porém, no ano de 1798, seu plano desmoronou através de uma Carta Régia assinada por D. Maria I, carta essa que integrava os indígenas e a sociedade, o documento contemplava o casamento de indígenas com portugueses.

Observa-se que o Período Pombalino administrado por Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, como ficou conhecido, teve consequências negativas na história do Brasil, e especialmente no processo educacional, destruindo um sistema já organizado e estruturado em nome de uma educação moderna inspirada no modelo iluminista. Esse resultado foi fruto do desejo de elevar Portugal a uma grande potência, a exemplo da Inglaterra, que tanto se beneficiou com as

colônias portuguesas e principalmente com o Brasil pela venda de seus produtos industrializados.

1.2 A Educação do Império à República

Percebe-se nessa transição do período colonial para o período imperial que a história da educação não se dá fora dos movimentos políticos, econômicos e sociais, uns repercutem nos outros. Esse período conhecido como imperial começou com a Independência do Brasil em 1822 e se estendeu até a Proclamação da República em 1889. Do Império à República passaram-se sessenta e sete anos, o Brasil contou durante esse tempo com apenas dois imperadores: D. Pedro I e D. Pedro II. Entre um e outro o Período Regencial teve à frente representantes para administrar o país até D. Pedro II completar sua maioridade. Segundo Moura (2003, p.31),

com a proclamação da República, mesmo o país passando por transformações estruturais no poder político, o quadro educacional não sofreu mudanças significativas. O modelo educacional continua privilegiando as classes dominantes.

No ano de 1824 foi promulgada a primeira Constituição do Brasil, a Carta Magna do Império, que dava plenos poderes ao imperador. Em relação à educação, ela só fez duas referências: a primeira definia a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos e a segunda dizia respeito aos colégios e universidades, onde seriam ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes. O ensino no Império seguiu o método lancasteriano¹, o qual era conhecido como:

Ensino mútuo ou sistema monitorial, esse método pregava, dentre outros princípios, que um aluno treinado ou mais adiantado deveria ensinar um grupo de dez alunos, sob a orientação e supervisão de um inspetor e esse método, baseado na obra de Joseph Lancaster, entendia também que se deveria repartir os alunos em classes segundo a ordem de seus conhecimentos e que o procedimento educacional de castigo físico deveria acabar, instituindo uma nova forma de pensar a disciplina escolar. Foi implantado oficialmente no Brasil pela Lei de 15 de outubro de 1827, que

¹MENEZES, EbenezerTakuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Método lancasteriano** (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=273>>. Acessado em 26 de dezembro de 2013.

definia, em linhas gerais, as diretrizes do ensino geral (MENEZES; SANTOS, 2002).

Assim, os alunos mais adiantados deveriam ajudar o professor na tarefa de ensino. Essa ideia resolveu, em parte, o problema da falta de professores no início do século XIX no Brasil, pois a escola poderia ter apenas um educador, pela lei de outubro de 1827, esse método funcionava pela ajuda mútua entre os alunos mais adiantados e os menos adiantados. Nessa relação, os alunos com menos conhecimentos ficavam sob a responsabilidade dos alunos monitores, já os alunos monitores ficavam sob o olhar de um inspetor de alunos, que tinha contato com o professor.

Ao longo deste estudo percebe-se que a EJA caminha paralelamente à educação infantil ou educação de base, como é mais referenciada. Neste momento, apesar de o esforço maior estar voltado para a base, ambas são precárias. Em relação à EJA, com a expulsão dos jesuítas no período anterior, a qualidade do ensino entrou em colapso, apesar de a constituição imperial garantir educação a todos, o que na prática não funcionou.

A educação imperial foi marcada pelo elitismo que restringia a educação para classes mais abastadas. As aulas régias que nasceram no período pombalino, aulas de latim, grego, filosofia e retórica não eram destinadas às classes menos favorecidas da população, a exemplo dos negros e indígenas, eram designadas com exclusividade aos filhos dos colonizadores brancos e masculinos. O conhecimento formal era monopolizado pelas classes dominantes.

Mesmo com uma Constituição altamente concentrada nas mãos do imperador, os parlamentares discutiam, de forma tímida, a respeito de como inserir as classes menos favorecidas² que ficavam às margens da sociedade no processo educacional. O Ato Institucional de 1834, proclamado por Lei, trouxe mudanças para a Constituição Brasileira de 1824, essas mudanças eram mais direcionadas ao campo político, mas, mesmo assim, trouxeram esperanças por delegar a educação primária e secundária, de todas as pessoas e, sobretudo, a de jovens e adultos sob a responsabilidade das províncias.

Esse Ato ficou conhecido como Ato Adicional, por extinguir os Conselhos Gerais das províncias e criar em seu lugar Assembleias Legislativas Provinciais, com

² Homens e mulheres pobres livres, negras e negros escravos, livres e libertos.

poderes para legislar sobre a economia, justiça e educação, entre outros. Das leis promulgadas no período imperial, esta foi a que mais se aproximou da democracia. Com ela houve a descentralização do ensino, porém não houve homogeneidade, cada província regia o ensino à sua maneira, dessa forma, há províncias que se destacam mais que outras. Graças a esse Ato Adicional de 1834 que no ano seguinte surgiu a primeira escola Normal no país, mais precisamente em Niterói no Estado do Rio de Janeiro.

Isso significou um avanço no processo educacional brasileiro, pois o acesso ao letramento era precário ou inexistente, faltavam escolas e professores na maioria das regiões povoadas, dificuldades estas amenizadas com este Ato. Refletindo o processo do educador de jovens e adultos, Moura (2003, p. 29) afirma que “para se ter uma ideia, até 1835, quando foi criada a primeira escola do Rio de Janeiro não existia preocupação com a formação de professores. Fato que contribuía com o quadro educacional que se apresentava no momento”.

Observa-se que os presidentes das províncias eram os que pagavam os salários dos professores. Estes, por sua vez, se não estivessem aptos para lecionar, teriam que em curto prazo se prepararem às próprias custas. Vale ressaltar que desde o princípio da história do Brasil as pessoas sem escolaridade eram excluídas e consideradas por muitos como perigosas e degeneradas e, quando tinham acesso à educação, eram geralmente mais direcionadas ao processo religioso do que à formação propriamente dita.

Educar essa parcela da sociedade significava para os letrados um ato de caridade. Acreditava-se que “era preciso iluminar as mentes que viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 261). Em sintonia com este pensamento, pode-se entender que o surgimento de uma escola, e especialmente da destinada à formação de professores, representa uma luz para se chegar ao progresso.

Logo em seguida, nos anos subsequentes a 1835, com pequenos intervalos, foram surgindo outras escolas normais em diversos lugares: Bahia, Ceará, São Paulo, entre outros. O colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, foi o que mais se destacou por impor um modelo curricular padrão para o ensino, passando a ser referência para as demais escolas. Era frequentado pela aristocracia e o objetivo era formar a elite dirigente, em homenagem ao catolicismo, por ser a religião oficial do

Império. Foram criados alguns colégios, neles havia alguns com cursos de magistério em nível secundário e médio, sendo exclusivamente masculinos.

Observa-se que durante o período imperial o interesse pela educação estava mais direcionado ao Ensino Médio e Superior. As discussões em prol da educação, de forma geral, eram tímidas, e não eram abrangentes, pouco se falando sobre a educação de jovens e adultos.

O período imperial tem início em 1822 e só no ano de 1867 é que surge a primeira escola noturna de instrução primária para adultos, fundada em 15 de abril no município do Rio de Janeiro, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). A escola, entretanto, só foi inaugurada quatro anos depois de sua fundação, em 20 de maio de 1871. O objetivo era o de preparar alunos, em sua maioria, operários, para ingressarem na Escola Industrial, que também era mantida pela SAIN. Esse estudo visava a modernizar a indústria nacional, especialmente a agrícola.

Nota-se que, no final do período imperial, a educação, em geral, era restrita quase que somente às elites proprietárias e aos homens livres das vilas e cidades, pode-se dizer que a uma minoria da população. Com a Lei Saraiva (1882), houve a proibição do voto do analfabeto. Nesse período a escolarização é vinculada à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e inabilidade social. A visão que se tinha do analfabeto era muitas vezes preconceituosa, acreditando-se que este não era capaz de pensar por si mesmo. A imagem negativa que recaiu sobre a pessoa analfabeta, como dependente e incompetente, era um forte motivo para provocar a exclusão social.

Nesse contexto, surgem movimentos ideológicos disseminados pela elite brasileira, os quais definem a educação como redentora dos problemas da nação. Nessa transição houve a expansão da rede escolar visando à supressão do analfabetismo, por interesse no voto do analfabeto.

Dentro desse contexto, caminha-se para a República e se constrói a segunda Constituição do Brasil em 1891 e a primeira da República.

O Período da República inicia-se com a queda do Império em 15 de novembro de 1889 e se estende até os dias atuais, tendo como primeiro gestor dessa nova fase da história do Brasil o Marechal Deodoro da Fonseca. De acordo com essa constituição, só poderiam votar brasileiros masculinos maiores de 21 anos, alfabetizados e com posses. Se antes a situação não era boa para os

iletrados, ela se agravou com a Primeira Carta Republicana, isso porque deixou explicitamente parte da população excluída e sem direitos para exercer sua cidadania.

A Constituição acima mencionada não tratou especificamente da educação e retira de seu texto a gratuidade da instrução, enquanto que condiciona o exercício do voto à alfabetização. Esse condicionamento se justifica como forma de mobilizar os analfabetos a buscarem os cursos de primeiras letras oferecidos na época.

O início do século XX foi marcado por mobilizações sociais com o objetivo de erradicar ou minimizar o analfabetismo. Diante desse contexto inicial da República, surgem algumas políticas educacionais, porém, de curta duração, não apresentando uma sistematização.

Nesse início a escola era uma instituição que servia às camadas elitizadas, controladas pelas oligarquias, que não tinham nenhum interesse na extensão da alfabetização nem na sua gratuidade, não mostrando preocupação com a educação da classe proletária. Segundo Cunha (1999), essa preocupação é mais no sentido da preparação da sociedade para a industrialização do que uma real preocupação com a educação do cidadão. No decorrer desse estudo, observa-se que não ocorreram mudanças estruturantes na educação com a finalidade de beneficiar a sociedade de modo geral e, sobretudo, a alunos da EJA. A observação de Moura reforça esta constatação. Vale transcrever uma de suas declarações neste sentido: com a “proclamação da República, mesmo o país passando por transformações estruturais no poder político, o quadro educacional não sofreu mudanças significativas. O modelo educacional continua privilegiando as classes dominantes” (MOURA, 2003, p. 31).

1.3 A Educação no século XX

Observa-se que ao se aproximar da década de 1920, paralelo às discussões sobre as pessoas iletradas e sobre a sua necessidade de alfabetizar-se em prol do desenvolvimento do país, surge uma crise econômica no setor agrário-exportador, que se agrava no ano de 1929 com a crise capitalista nos Estados Unidos, que repercute em vários países. Nesse contexto, no Brasil também se dá uma revolução

na política, encabeçada pela classe média urbana e alguns setores da classe dominante. Diante desses movimentos econômicos e políticos, a democracia brasileira vai gradativamente se fortalecendo e começam a surgir mudanças no âmbito educacional com os ideais da Escola Nova. Ideais esses que defendiam a renovação do ensino com a inovação das práticas docentes voltadas para a construção da autonomia do educando.

Esse movimento no Brasil pretendia estabelecer uma nova ordem social com a intenção de reformar a sociedade pela educação. Diante desse quadro de mudanças econômicas e políticas, é construída e promulgada em 1934 a Segunda Constituição da República e a primeira da história que dá respaldo à educação de adultos. Essa Carta Magna definia a obrigatoriedade do ensino primário integral, gratuito e estendido às pessoas adultas.

Esta constituição previa que com o tempo o ensino secundário e o superior também deveriam ser gratuitos a todos. Nesse período o adulto analfabeto podia ser visto ainda como incapaz, tanto socialmente quanto psicologicamente, essa visão acarretava numa infantilização da educação. Mais tarde é que surge um currículo específico para jovens e adultos.

Após 1940 surgiu um terreno fértil para discussões mais abrangentes a respeito da educação de jovens e adultos, com iniciativas mais consistentes, tais como as que serão mencionadas a seguir. Regulamenta-se o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), com o intuito de adequar mais a fundo esse grau de ensino, a partir de contribuições dos estados, da união e dos municípios. Esse fundo previa também uma parcela de recursos destinada ao aperfeiçoamento dos professores. Cria-se o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP), com a função de organizar e manter um sistema de informações e estatísticas educacionais, com o objetivo de subsidiar ações do poder público no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, na área de educação. Lança-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que foi a primeira campanha do governo criada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1947. Essa campanha era detentora de duas estratégias, fazia parte de sua estrutura atuar de forma extensa, alcançando o homem da cidade e do campo.

A primeira estratégia tinha como objetivo alfabetizar grande parte da população e a segunda desejava desempenhar um trabalho de capacitação profissional e atuar com precisão junto à comunidade. Esta grande campanha tinha

diversos objetivos e diretrizes comuns. Foi significativa porque procurou englobar a população de jovens e adultos da cidade e do campo, com metas para cada uma.

Na cidade desejava implantar mão-de-obra alfabetizada no setor industrial, com o objetivo de melhorar a produtividade. O trabalho desenvolvido no campo visava a fixar seus habitantes. Dessa forma, evitava-se um possível êxodo. Assim, segundo Vieira, “apesar de, no fundo, ter o objetivo de aumentar a base eleitoral (o analfabeto não tinha direito ao voto) e elevar a produtividade da população, a CEAA contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil” (2004, p. 19-20). Em relação a esta Campanha, Paiva (1987, p. 178), destaca que:

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo.

Percebe-se o quanto esta Campanha foi significativa para o processo de Educação de Jovens e Adultos, ela foi fruto de exigências internas e externas em prol do desenvolvimento econômico do país. Com a CEAA, o governo pretendia diminuir o altíssimo índice de pessoas iletradas no país.

Vale ressaltar que a década de 40 foi marcante na história da EJA, porque deu início à mobilização com o intuito de remediar desequilíbrios sociais, dirigindo-se às vítimas das desigualdades sociais e culturais. Assim, ressurgiu o termo popular, por buscar abranger todas as camadas da população, aspirando a ser uma educação para todos. Houve também o Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e o Seminário Interamericano de Educação de Adultos em 1949. Todas essas iniciativas foram de fundamental importância para o momento histórico pelo qual passava o Brasil. A sociedade brasileira, mesmo com dificuldades e sob o fantasma do medo, fruto de uma educação submissa e sem direito à voz, vinha timidamente adquirindo consciência de cidadania. Somado a isso, com o tempo vão surgindo novas formas de aperfeiçoamento, e a necessidade de se conectar com o mundo vem à tona.

Diante desse quadro de mudanças, surge uma real necessidade de educar a sociedade em prol de um objetivo maior, que é o desenvolvimento do país. Assim, a

Educação de Jovens e Adultos vem ocorrendo de maneira gradativa e com diversos objetivos, de acordo com o contexto de cada momento histórico. Nesse cenário da década de 40, surge um ícone da educação brasileira que deu voz e vida à luta em favor da EJA no Brasil e no Mundo: Paulo Freire.

Essa década marcou profundamente a história da EJA. Após essas inúmeras iniciativas políticas e pedagógicas anteriormente citadas, a EJA passa a ter visibilidade no cenário nacional por parte do poder público. Nesse dado momento, tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto o órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) entraram em campo com o objetivo de erradicar o analfabetismo nos chamados países de Terceiro Mundo³, no qual o Brasil era incluído. Essas organizações internacionais declaram que a educação é o caminho para tirar os países da condição de atraso. Parece, entretanto, que havia uma preocupação maior com relação ao número de pessoas formadas do que com a qualidade do ensino.

A década de 1950 também teve visibilidade na educação de jovens e adultos, não tanto quanto a anterior. As campanhas desse período também proporcionaram um debate educacional significativo, principalmente na área rural, a exemplo da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada em 1952. Ainda nessa década, no ano de 1958, realizou-se o II Congresso Nacional de Educação na cidade do Rio de Janeiro. Nesse congresso, entre as pautas principais destacou-se o debate sobre um novo método pedagógico para a educação de adultos e sobre o problema do preconceito que alcançava a população não alfabetizada.

³Terceiro Mundo é um termo da Teoria dos Mundos, originado na Guerra Fria, para descrever os países que se posicionaram como neutros na Guerra Fria, não se aliando nem aos Estados Unidos e os países que defendiam o capitalismo, e nem à União Soviética e os países que defendiam o socialismo. O conceito mais amplo do termo pode definir os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, ou seja, os que possuem uma economia e/ou uma sociedade pouco ou insuficientemente avançada(s).

2. PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 Biografia de Paulo Freire

Paulo Reglus Neves Freire, brasileiro, educador e filósofo, é patrono da Educação brasileira e considerado um dos pensadores mais notáveis na história da Pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado Pedagogia Crítica. Sua prática didática fundamentava-se na crença de que o educando assimilaria o objeto de estudo fazendo uso de uma prática dialética com a realidade, em contraposição à, por ele denominada, Educação bancária, tecnicista e alienante. Nasceu em 19 de setembro de 1921 na capital pernambucana, Recife.

Sua família fazia parte da classe média, mas Freire vivenciou a pobreza e a fome na infância durante a crise capitalista de 1929, essa vivência possivelmente contribuiu para aumentar sua preocupação com os mais carentes, necessitados e desamparados socialmente. Morou em Recife até 1932, ano do falecimento de seu pai. Era filho de Joaquim Temístocles Freire, Capitão da Polícia Militar e de Edeltrudes Neves Freire. A partir de então, foi morar na cidade vizinha, Jaboatão dos Guararapes (PE), e por lá permaneceu por nove anos, época esta que concluiu seu Curso Primário, enquanto que o Ginásio⁴ foi concluído no Colégio 14 de Julho, situado no centro de Recife.

Em 1946 entrou para a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também em Recife, cursou a Faculdade de Direito, dedicou-se também aos estudos de Filosofia da Linguagem. Nunca exerceu a profissão de advogado, preferiu trabalhar como professor lecionando Língua Portuguesa. Durante o Regime Militar foi deportado, sua pedagogia libertadora era inviável, um tanto perigosa para a Ditadura Militar. No exterior sua pedagogia foi abraçada em vários países, autor de várias obras, entre elas *Pedagogia do Oprimido*, que o consagrou como um grande pedagogo.

Casou-se duas vezes, Elza Maia Costa Oliveira foi sua primeira esposa, colega de trabalho, com ela teve cinco filhos. Ela veio a óbito em 1986, e dois anos

⁴ Os Cursos Primário e Ginásio correspondem ao que atualmente denominam-se de Ensino Fundamental e Médio.

depois Freire casa-se pela segunda vez e em definitivo, com a sua orientanda de Mestrado, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), Ana Maria Araújo, que também é pernambucana. Durante sua trajetória assumiu vários cargos públicos, foi além de seu Estado natal, chegou a ser Secretário Municipal de Educação de São Paulo (1989 a 1991), durante o mandato da paraibana Luiza Erundina.

Dentre as marcas de sua passagem pela Secretaria Municipal de Educação está a criação do Movimento de Alfabetização (MOVA), um modelo de programa público de apoio às salas comunitárias de EJA, o qual é ainda adotado por numerosas prefeituras.

As maiores contribuições de Paulo Freire foram no campo da Educação Popular para a alfabetização e a conscientização política de jovens e adultos operários, chegando a influenciar movimentos como o das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Foi o brasileiro mais homenageado da história: ganhou 41 Títulos de Doutor Honoris. Seu falecimento é datado em 2 de maio de 1997 em São Paulo, no hospital Albert Einstein, vítima de um ataque cardíaco.

2.2. Paulo Freire e sua importância para a educação no Brasil

A fala do Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura do II Congresso Nacional de Educação de Adultos realizado no Rio de Janeiro, em 1958, expôs a relevância da educação dos adultos na solução dos problemas criados pelo desenvolvimento econômico. Percebe-se que esse congresso tornou-se histórico porque o Brasil começou a conhecer um dos maiores pedagogos do país: Paulo Freire. Neste evento, descreve-se o momento como de profundas transformações econômicas e sociais na vida do país. Também nesse congresso pela primeira vez é questionada a prioridade dada à educação, e em especial à alfabetização, sendo esta considerada como primordial para atingir o pretendido desenvolvimento econômico-social.

O relatório de uma das comissões do Seminário Regional, preparatório para o II Congresso, realizado na capital pernambucana, cujo relator foi Paulo Freire, propõe que o trabalho educativo considere ao homem não apenas alfabetizá-lo e

educá-lo, mas que garanta ao mesmo “a participação em todos os momentos do trabalho educativo, preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é a participação na vida da região e nas esferas mais amplas da sociedade em que vive⁵”. Foi nesse seminário que Paulo Freire plantou a semente da sua pedagogia.

No início dos anos 60, a educação brasileira, em especial a EJA, passou a ter como inspiração a teoria freireana, que tinha como objetivo ensinar os educandos a lerem o mundo e transformá-lo. Seus ideais influenciaram determinantemente o campo educativo, reformulando e servindo de reflexão para muita coisa que se pensava sobre o processo educativo, como assegura Paiva (2006, p 12), “constituiu uma proposta de mudança radical na educação e objetivos de ensino, partindo da compreensão de que o aluno não apenas sabe da realidade em que vive, mas também participa de sua transformação”.

Nesta mesma década surgem novas campanhas com parcerias progressivas entre a Igreja e o Estado, visando a combater o analfabetismo baseado na ideia de fortalecimento da cultura popular. Vejamos alguns movimentos desse período: Movimento de Educação de Base; Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Movimento de Cultura Popular do Recife; Centros Populares de Cultura, entre outros.

Esses programas foram influenciados pelos ideais da pedagogia freireana, que via o analfabetismo como resultado de uma sociedade injusta/não-igualitária e não como fruto de pobreza. Projetos que eram direcionados à valorização do ser humano e da cultura popular provavelmente orientariam uma campanha mais extensiva de nível nacional, o que não ocorreu devido ao golpe militar de 1964.

O golpe militar fechou as portas para a democracia e a maioria das campanhas em prol da EJA, que foi encerrada em 1966 por motivos diversos, tais como: falta de recursos, pressões do regime e prisões dos dirigentes, entre outros. O Movimento de Educação de Base sobreviveu por estar ligado ao MEC e à Igreja Católica. O Regime Militar criou em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de alfabetizar e promover uma formação continuada.

Segundo Medeiros (1999), esse modelo era restrito, apenas propunha ensinar a ler e escrever, não contextualizava o conhecimento, e culpava o educando pela

⁵ Relatório Final do Seminário Regional de Educação de Adultos de Pernambuco, preparatório ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, 1958, p. 8.

sua condição e pelo atraso do país. Um dos slogans do MOBRAL era: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho minha mão domável” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 270).

Na visão do MOBRAL, a educação poderia prescindir de professores capacitados com conhecimentos pedagógicos para ensinar adultos, o professor precisava apenas ser alfabetizado, era oposto ao modelo freireano. O MOBRAL sobreviveu aproximadamente duas décadas, foi criado pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967 e, apesar de ter se expandido no território nacional, não conseguiu atingir seu objetivo, que era erradicar o analfabetismo.

A década de 70 também teve sua contribuição para a EJA, pois, conforme afirma Soares (2001), foi nessa época que pela primeira vez no contexto educacional, a EJA teve um capítulo sobre o ensino Supletivo, amparada na Lei 5692/71. Esta conquista foi um grande passo na história da EJA, e a partir daí criaram em todo território nacional os Centros de Estudos Supletivos visando a alfabetizar um grande número de pessoas sem altos custos, trilhando pelo caminho da modernidade atendendo as “necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com as exigências de escolarização cada vez maior” (SOARES, 2001, p. 206). Segundo Haddad (1991), os Centros de Estudos não conseguiram atingir seus reais objetivos, isso ocorreu por falta de recursos e apoio político. Os objetivos desses estudos procuravam atender, muitas vezes, os interesses das empresas privadas de educação.

A década de 80 teve fatos marcantes na história da EJA: o MOBRAL foi extinto, estava chegando ao fim o período militar e iniciava-se um novo tempo com o processo de redemocratização do país e o retorno de Paulo Freire do exílio. A Fundação Educar substituiu o MOBRAL. Nesse período, vários segmentos da sociedade organizaram-se e lutaram em defesa da escola pública para todos. A Constituição de 1988 trouxe a garantia desse desejo. Nesta constituição, a EJA tem seus direitos garantidos por lei. O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também que a legislação estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações

do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo e à universalização do atendimento escolar.

A EJA foi gradativamente aperfeiçoando-se e, na década de 90, ela é definida como modalidade de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ou simplesmente Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, que dava mais respaldo ao que foi definido através do Artigo acima mencionado. Observa-se que a primeira metade da década de 90 foi um período marcado pela ausência de políticas públicas. O Projeto Educar, que substituiu o MOBREAL, foi extinto em 1990, mais precisamente no governo Collor, e não foi criado outro para substituí-lo.

Haddad e Di Pierro (2000) afirmam que a extinção da Fundação Educar representa um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, que representou a transferência direta da responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos da União para os municípios. Desde então, “a União já não participa diretamente da prestação de serviços educativos, enquanto a participação relativa dos municípios na matrícula do ensino básico de jovens e adultos tendeu ao crescimento contínuo” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 121).

A EJA, após ser abandonada pelo Governo Federal, passa a cargo dos municípios, que tentam resolver o problema com ajuda das universidades. Paralelamente, foram feitas muitas experiências por órgãos não-governamentais e movimentos sociais, com o objetivo de dar continuidade e manter o sistema de alfabetização.

Percebe-se que foi a partir da LDB que o Ensino Supletivo foi substituído por uma nova nomenclatura, EJA, e foi por meio desta lei que se constitui como modalidade de ensino da Educação Básica. Segundo Soares (2002):

Essa mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo compreendendo os diversos processos de formação (SOARES, 2002, p. 12).

O Artigo 37 dessa lei define que a EJA será voltada para aqueles que por motivos diversos não tiveram acesso ou continuidade de estudos na faixa etária apropriada, tanto no fundamental quanto no médio (LDB,1996).

Surgem, ainda na década de 90, alguns movimentos preocupados com o processo de escolarização dos adultos. Entre os movimentos dessa década, podemos destacar o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), que trabalhava o contexto socioeconômico dos educandos, tornando-os parceiros no processo de aprendizagem.

Somente em 1996 é que surge o Programa de Alfabetização Solidária (PAS) do Governo Federal em parceria com a comunidade solidária que, assim como muitos outros, tinha como objetivo diminuir o grau de analfabetismo no país. Esse programa tinha como proposta inicial atuar na alfabetização de jovens e adultos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, mas acabou abarcando também as regiões Centro-Oeste e Sudeste. A divulgação do PAS foi muito intensa, relembra as campanhas de décadas remotas que desvalorizavam as pessoas que não sabiam ler e escrever. Vejam o que diz Stephanou; Bastos sobre o programa:

Além de se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a ideia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha 'Adote um Analfabeto', o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272).

Felizmente, o período que se estende de 2000 a 2010 é recheado de leis, pareceres e resoluções em prol da educação e especialmente sobre a EJA. Vejamos a seguir algumas conquistas desta década:

- Ano 2000: é aprovado o Parecer nº11/2000 - CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também são mencionadas nesse parecer as dificuldades existentes nesta modalidade de ensino;
- Ano 2001: aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), sob a Lei nº 10.172/2001. Vale salientar que este compromisso foi firmado em 1990 na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia;
- Ano 2003: o Governo Federal lança o Programa Brasil Alfabetizado. Este programa previa a alfabetização de jovens com idade acima de 15 anos, adultos e idosos, bem como a capacitação de professores;

- Ano 2005: por meio da Lei nº 11.129, é instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Este programa tem vários critérios que levam em conta as características geográficas, etárias e sociais;
- Ano 2006: por meio do Decreto nº5840/2006, foi criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com o objetivo de dar oportunidade àqueles que não tiveram condições de estudar na idade regular e que buscam uma profissão;
- Ano 2007: entrou em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), é criado o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), por meio da Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007 para atender os contemplados com o Programa do Brasil Alfabetizado;
- Ano 2010: o PNLA foi incorporado ao Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD/EJA), criado pela Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009, que ampliou o universo de estudantes atendidos pelo PNLA. Foram inseridas 20 (vinte) metas com o objetivo de erradicar o analfabetismo no período que se estende de 2011 até 2020 no Plano Nacional de Educação (PNE), através do Projeto de Lei de nº 8035 de 2010. Sobre a EJA destacaremos as seguintes metas:

- Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.
- Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- Meta 10: estabelecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Percebe-se que nesses últimos anos a educação avançou e, sobretudo, a EJA, a partir da LDB de 1996. Ampliaram-se as políticas públicas voltadas para essa modalidade, esses avanços são frutos de debates entre o Estado e a sociedade civil, e se articulam no Encontro Nacional de EJA (ENEJA), que ocorre anualmente no Brasil.

Após percorrer a trajetória da EJA, percebemos que é uma história de luta e repleta de dificuldades, enfrentou grandes desafios e com certeza continuará enfrentando em nome de uma parcela significativa da sociedade brasileira, que tem esperança em dias melhores e vê nessa modalidade um dos caminhos para alcançar um futuro mais promissor. Vale, portanto, investigar mais de perto as contribuições da metodologia de Paulo Freire no processo educacional de jovens e adultos, apontando possíveis caminhos para a EJA nos dias atuais.

2.3 O Método Paulo Freire utilizado na alfabetização de adultos

Freire desenvolveu seu método para alfabetização de adultos e o publicou em seu livro *Pedagogia do Oprimido*. Esse método é dividido em três etapas, sendo a primeira chamada Etapa de Investigação. Nessa etapa busca-se a realidade do aluno e explora seu universo vocabular partindo do lugar de onde ele vive, envolve-se nessa busca tanto professor quanto aluno.

A segunda etapa chama-se Tematização, é justamente o momento em que ocorre a tomada de consciência do mundo por parte do alfabetizando. Vale salientar que esse resultado é fruto do trabalho da primeira etapa.

Na terceira etapa, conhecida como Problematização, cabe ao professor desafiar e inspirar o educando para que supere a visão mágica e acrítica do mundo, levando-o a assumir uma postura conscientizada.

De acordo com o método freireano de alfabetização, descrito em suas três etapas, a alfabetização de adultos é processual (assim como a educação de modo geral). Deste modo, as três etapas gerais englobam outras que exigem determinados procedimentos. Para o educador, o processo de alfabetização de adultos deve passar por cinco fases, as quais estão descritas a seguir:

- Primeira fase: ocorre o levantamento vocabular do grupo, bem como as interações entre os educandos, respeitando assim o conhecimento prévio dos mesmos;
- Segunda fase: partindo do conhecimento anterior, o educador seleciona as palavras geradoras a serem trabalhadas na sequência didática na sala de aula, partindo das mais simples para as mais complexas, trabalhando a realidade socioeconômica, política e cultural do grupo ou, até mesmo, da comunidade;

- Terceira fase: neste momento o educador dialoga com o grupo, permitindo a exposição do cotidiano dos alfabetizandos, de situações reais, que os despertem para agir tanto individualmente quanto coletivamente, partindo de fatos locais para os regionais, posteriormente aos nacionais e quiçá aos internacionais, possibilitando assim uma contínua ampliação de visão de mundo e de si mesmos;

- Quarta fase: elaboração de fichas-roteiro, colocam-se, nas mesmas, as famílias das palavras geradoras, da segunda fase, que possivelmente gerem discussão e reflexão no grupo. Ao chegar a esse ponto, percebe-se com evidência que os educandos desenvolvem uma leitura de mundo concreta e consciente e;

- Quinta fase: Nesta última fase, o método passa para o processo de alfabetização nos moldes conceituais, a exemplos de decomposição das famílias fonéticas correspondentes às palavras geradoras.

Esse método foi aplicado pela primeira vez na cidade de Recife, mais precisamente no Círculo de Cultura, numa classe de cinco alunos adultos, desse universo, três aprenderam a ler e escrever em 30 horas e os outros dois desistiram. Na Universidade do Recife, formou um grupo para testar o método em Angicos, no Rio Grande do Norte. Entretanto, o resultado de Angicos – RN, que seria divulgado para organizar uma campanha nacional de alfabetização, teve seu percurso interrompido pelo Golpe Militar de 1964. Tal campanha foi considerada, pelos militares, perigosamente subversiva.

Todo o conteúdo foi condenado, inclusive o próprio Paulo Freire, que foi exilado⁶. A Educação Popular idealizada por Paulo Freire foi considerada perigosa pela Ditadura Militar por colocar o oprimido em evidência e buscar mudar essa realidade opressora, libertando tanto o oprimido quanto o opressor. Com sua pedagogia dialógica, Freire envolvia todos e a alfabetização fluía a partir da leitura de mundo dos educandos, fomentada pelo educador.

⁶Em setembro de 1964, com 43 anos, Paulo Freire foi exilado para a Bolívia, porém em novembro do mesmo ano, devido a altitude e o Golpe de Estado boliviano, mudou-se para a cidade de Santiago no Chile. Em 1969 foi, a convite, lecionar nos Estados Unidos da América (EUA). Na década de 1970, Freire foi para a Suíça, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Angola. Retornou ao Brasil definitivamente em 1980, mesmo com a assinatura da anistia em 1979. Vale salientar que o mesmo percorreu os cinco continentes divulgando seu método de alfabetizar.

2.4. A relevância do pensamento de Paulo Freire frente à EJA

Este estudo tem como objetivo conhecer e repensar as contribuições de Paulo Freire para a EJA na atualidade aqui no Brasil, principalmente no que se refere à teoria e prática na alfabetização. Observa-se que sua metodologia expandiu-se, inclusive ultrapassando as fronteiras geográficas nacionais, sendo utilizada por diversos países.

É notório que, mesmo depois de sua morte, sua teoria e prática continuam, de forma salutar e abrangente, beneficiando os alfabetizandos brasileiros. Esse legado de Freire é fruto do “chegar junto”, “envolver-se” no processo de ensino/aprendizagem. Partindo desse pressuposto, Freire desenvolveu um Método Educacional que alcançou todas as faixas etárias e deu especial atenção àqueles e àquelas que ficam às margens da sociedade, os pobres de uma forma geral, os negros, índios, habitantes de favelas, analfabetos, entre outros. Freire nos ensina a olhar o outro, olhando para nós mesmos.

Sua vida sofrida durante um período da infância o levou a produzir um trabalho pedagógico voltado para as massas mais carentes. A convivência com seus pais contribuiu muito para a elaboração desse trabalho, convivência essa aberta ao diálogo, como ele mesmo falou: “Minha prática dialógica com meus pais me preparara para continuar a vivê-la com meus alunos” (FREIRE, 1997, p. 83).

Sua experiência pedagógica começou em Recife – PE, no interior do Movimento de Cultura Popular (MCP), no final da década de 1950, com os chamados Círculos de Cultura. Segundo Freire, ao formarem-se os grupos, eles eram questionados sobre as temáticas a serem trabalhadas. Também era possível aos educadores apresentarem sugestões de apoio aos temas escolhidos para melhor compreensão. Este trabalho foi positivo e gratificante para todos e Freire propôs levar a mesma metodologia para a alfabetização.

Vale destacar que o método de Paulo Freire foi consolidado no MPC, no Projeto de Educação de Adultos que, posteriormente, veio a receber seu nome – Método Paulo Freire de Alfabetização. O fruto deste seu trabalho teve seu apogeu no município de Angicos – RN, região Nordeste do Brasil, no ano de 1963, onde alfabetizou 300 trabalhadores em quarenta e cinco dias, usando palavras do meio cultural e existencial dos alunos, no processo de alfabetização inicial, que tinha como objetivo, além de ensinar a ler e escrever, conscientizar as pessoas de seus

direitos e deveres e, assim, torná-las cidadãs críticas, conscientes e responsáveis pela construção de sua própria história. A partir de então, seu nome ganhou proporção nacional e a educação brasileira não foi mais a mesma.

A pedagogia freireana surge no final da década de 1950, revolucionando a educação pós-moderna, devido a sua *práxis* pedagógica altamente democrática. Paulo Freire selecionou elementos educacionais fundamentais para uma aprendizagem eficiente, prazerosa e, sobretudo, respeitosa. Envolveu de forma espetacular a Educação, tanto o educador quanto o educando, a metodologia de ensino, o processo de aprendizagem e o homem/sujeito.

Freire partiu do pressuposto de que a educação é um ato político, pois tem compromisso com o outro, inseriu nesse processo educacional uma metodologia dialógica, sendo o conteúdo do diálogo o conteúdo programático da educação, mostrando que a educação é benéfica tanto para o educador quanto para o educando, pois ensinando se aprende e aprendendo se ensina.

Na concepção de Freire, é necessário que se estabeleça contato entre os homens e que os mesmos estabeleçam contato com o meio no qual estão inseridos. Isso é determinante para o homem como sujeito social, engajado no contexto mais abrangente, englobando o geográfico, o histórico e o cultural. Paulo Freire considerava o homem um ser inacabado, como também sujeito do conhecimento.

Conhecer não é ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante, implica em invenção e reinvenção (FREIRE, 1979, p. 10).

Ao repensar a pedagogia de Freire no momento atual, percebe-se o quanto ela foi e continua sendo relevante às camadas populares, principalmente por seu caráter inclusivo, baseado na valorização do ser humano em todos os aspectos. Seu método não se restringiu aos jovens e adultos, seu principal público-alvo, mas foi gradativamente alçando voos e atingindo faixas etárias diferenciadas, como também classes sociais distintas, defendendo a dialogicidade na educação. Segundo Paulo Freire (1987, p, 16):

O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude,

vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se a si mesmo num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesmo é comunicar-se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito.

Para Freire, o amor tem que estar presente no diálogo, dessa forma ele se forma numa linha horizontal, alicerçado na confiança entre os sujeitos e, conseqüentemente, fica facilitado o processo de ensino/aprendizagem.

Através de uma Educação Libertadora, Freire traz aos jovens e adultos não alfabetizados uma dádiva sem precedentes, a de conhecer um novo mundo, um mundo letrado e contextualizado e promover a inclusão social dos mesmos. Se não fosse assim, essa educação não teria serventia. É necessário que o educando tenha consciência de mundo, conforme Freire enfatiza na sua famosa declaração: “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir e quem lucra com esse trabalho” (1991, p. 22).

Nota-se que o que faz com que ainda hoje as teorias e práticas de Paulo Freire se façam tão presentes, na maioria dos fazeres pedagógicos, por esse mundo afora, é o respeito que ele dava ao conhecimento prévio do educando e a valorização profunda que ele tinha com o ser humano, principalmente com os mais humildes.

Nota-se também que sua pedagogia dialógica leva o educando para a libertação, dando-lhe voz e proporcionando-lhe participação popular, em processo de transformação da sociedade classista e opressora. Como sempre, o diálogo é fundamental.

O diálogo exige igualmente uma fé intensa no homem, fé em seu poder de fazer e refazer, de criar e recriar, fé em sua vocação de ser mais humano [...]. O homem de diálogo é crítico e sabe que embora tenha o poder de criar e de transformar tudo, numa situação completa de alienação, pode-se impedir os homens de fazer uso deste poder (FREIRE, 1980, p. 83).

O diálogo libertador dos oprimidos só pode existir se for com a vivência do amor em sua essência, pois apenas assim, para Paulo Freire, este diálogo é um instrumento para fomentar o processo de libertação dos oprimidos.

O diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. Designar o mundo, que é ato de criação e de recriação, não é possível sem estar impregnado de amor. O amor é ao mesmo tempo o fundamento do diálogo e o próprio diálogo (FREIRE, 1980, p.83).

O método de Paulo Freire está estruturado em três etapas, as quais se dividem em cinco fases. Este método vai além da simples alfabetização, por se inserir no contexto mais profundo e estimular a inserção do educando no seu contexto sócio-político-cultural, tendo como ponto de partida sua própria realidade, e desta forma o mesmo caminha em busca de sua plena cidadania.

Para Freire, a transmissão de conteúdos fora do contexto social do educando significa “invasão cultural” ou depósito de informações porque não faz parte do cotidiano das pessoas. O importante é se envolver com as experiências vividas, estas sim têm um significado ímpar na vida de cada um. Percebe-se que para haver mudança é necessário sermos politizados e conscientes, mudar não é fácil, requer perseverança e simultaneamente pensar alternativas para se libertar dos valores repassados pelos grupos dominantes.

Os conteúdos de ensino são resultados de uma metodologia dialógica. Cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando é considerada “invasão cultural” ou “depósito de informações” porque não emerge do saber popular⁷.

Freire enfatiza que em sua metodologia educando e educador aprendem juntos, por isso é necessário que se estabeleça confiança entre ambos, dessa forma o diálogo flui de maneira democrática, além disso, é fundamental diversificar os temas geradores para que haja dinamismo nas aulas.

Em sala de aula, os dois lados aprenderão junto, um com o outro - e para isso é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a todos a possibilidade de se expressar. Uma das grandes inovações da pedagogia freireana é considerar que o sujeito da criação cultural não é individual, mas coletivo (ROMÃO, José Eustáquio, Revista Nova Escola, p. 02).

⁷ Disponível em <<http://cantinhodesugestoesparaeja.blogspot.com.br/2010/03/metodo-paulo-freire.html>>.

Observa-se na trajetória desse estudo que Paulo Freire era um profissional ético. Foi um grande defensor da escola pública, lutando para que a ela todos tivessem acesso.

Freire se encantava com tudo que estava relacionado com o espaço escolar, até com as coisas que para muitos são muito simples, a exemplo da limpeza do chão, da higiene dos sanitários e da ornamentação da sala de aula, entre outros. Segundo Freire, "há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço" (1996, p. 50).

Freire sempre ressaltava que se aprende não só na escola, mas também em outros espaços. Veja a escola defendida pela pedagogia freireana no poema de sua autoria:

ESCOLA É

... o lugar que se faz amigos.
 Não se trata só de prédios, salas, quadros,
 Programas, horários, conceitos...
 Escola é sobretudo, gente
 Gente que trabalha, que estuda
 Que alegra, se conhece, se estima.
 O Diretor é gente,
 O coordenador é gente,
 O professor é gente,
 O aluno é gente,
 Cada funcionário é gente.
 E a escola será cada vez melhor
 Na medida em que cada um se comporte
 Como colega, amigo, irmão.
 Nada de "ilha cercada de gente por todos os lados"
 Nada de conviver com as pessoas e depois,
 Descobrir que não tem amizade a ninguém.
 Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.
 Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
 É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem,
 É conviver, é se "amarrar nela"!
 Ora é lógico...
 Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,
 Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
 É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

Ao analisar este poema, observa-se o quanto a instituição escolar é significativa na visão de Paulo Freire, é um lugar fantástico de relações sociais e de valorização do ser humano. Nota-se isso em toda a trajetória do poema, principalmente quando ele mostra que cada personagem é gente.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Freire chama nossa atenção para vermos a boniteza de ser gente, a boniteza de ser professor e nos fala que “ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (FREIRE, 1996, p. 16).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo Freire deu vida para a história da EJA, que é marcada por dificuldades e também por lutas em toda a sua trajetória. Ao implantar um método baseado no diálogo e amor nas relações pedagógicas, valoriza o conhecimento trazido pelo educando e o próprio como ser humano.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo de sua história, a Educação de Jovens e Adultos tem contribuído de forma espetacular para a educação brasileira, levando seu público-alvo a tornar-se sujeito pensante, crítico e responsável pela construção de sua história e de seu país.

O método freireano é digno de ser seguido porque nos traz esperança de dias melhores, é ético, leva-nos a refletir constantemente sobre nossa prática, é incluyente e sobretudo democrático.

Em nosso país, em pleno século XXI, é considerável o número de pessoas sem escolaridade ou que por motivos diversos interromperam seus estudos, por isso recomendo a todos aqueles e aquelas que vivem fora de salas de aula e que desejam estudar a procurarem uma escola que ofereça a modalidade EJA, esta é uma grande conquista da sociedade brasileira.

4. REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia- Saberes Necessários à Prática Educativa*. 36ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996 (Coleção Saberes).

<http://www.pralapidar.org.br/index.php?area=paulo-freire-a-metodologia-que-revolucionou-a-alfabetizacao-de-jovens-ad>. Acesso em 17 de fevereiro 2014.

http://www.ivanvalente.com.br/CANAIS/especiais/paulofreire/artigos/Silvia_Telles.htm. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

<http://pt.scribd.com/doc/12464217/alfabetizacao-de-adultos-abordagem-de-Paulo-Freire>. Acesso em 22 de janeiro de 2014.

<http://www.feati.edu.br/revistaeletronica/downloads/numero5/alfabetizacaoLetramento.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança - Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf. Acesso em 28 de janeiro de 2014.

<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/picos/arquivos/files/Daniela.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

<http://navegandohistedbr.comunidades.net/index.php?pagina=1219306433>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800_1862.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800_1862.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb03.htm>. Acesso em 24 de fevereiro.

<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/picos/arquivos/files/Daniela.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

<http://www.educabrsil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=273>. Acesso em 26 de dezembro de 2013.

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/revista_selvaplopes.pdf. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.

<http://monografias.brasilecola.com/historia/a-educacao-jovens-adultos-movimento-brasileiro-alfabetizacao.htm>. Acesso em 02 de março de 2014.

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em 03 de março de 2014.

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em 03 de março de 2014.

http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/revista_selvaplopes.pdf. Acesso em 05 de março de 2014.

http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf. Acesso em 07 de março de 2014

<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTA%C3%87%C3%83O-AMANDA-FABRI-DE-RESENDE.pdf>. Acesso em 10 de março de 2014.

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em 12 de março de 2014.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 14 de março de 2014.

http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_MariadeFa.pdf. Acesso em 16 de março de 2014.

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0270.html>. Acesso em 18 de março de 2014.

<http://www.ce.ufpb.br/ppge/Dissertacoes/dissert06/Walberto%20Barbosa/Disserta%E7%E3o%20de%20Walberto%20Barbosa.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.

<http://ensinareaprender-crisreis.blogspot.com.br/2012/11/metodo-paulo-freire.html>. Acesso em 22 de março de 2014.

<http://cantinhodesugestoesparaaja.blogspot.com.br/2010/03/metodo-paulo-freire.html>. Acesso em 25 de março de 2014.

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm

.Acesso em 27 de março de 2014.